

## Os índios botocudos da província do Espírito Santo, sob a ótica da Princesa Teresa da Baviera em 1888

Levy Soares da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao longo do século XIX, o Brasil teve o seu território excursionado por uma grande quantidade de viajantes estrangeiros. A então Província do Espírito Santo foi também destino de muitos desses viajantes, sendo alvo de olhares diversificados sobre a sua composição natural e humana. Consequentemente ocorria a produção de vários registros, sobre as experiências vividas e impressões acerca das descobertas, de uma nova natureza e dos povos que a habitavam, geralmente publicados em livros. O imaginário estrangeiro, sobretudo o europeu, era povoado de imagens emblemáticas sobre o Brasil, principalmente no tocante ao indígena, elemento de enorme curiosidade dos viajantes que rumavam para o Brasil, dado o seu ineditismo, enquanto elemento humano a ser conhecido. Pretende-se identificar de quê maneira e quais elementos corroboraram, para a construção da imagem do índio botocudo, de forma ratificadora, no final do século XIX, enquanto elemento humano selvagem, feroz e indesejável à sociedade capixaba oitocentista, no discurso da princesa Teresa da Baviera, em seu livro de viagem 'Minha viagem aos trópicos brasileiros', publicado em 1897, uma vez que especificamente, o índio botocudo faz parte do relato de viagem, produzido por esta nobre viajante estrangeira, considerando o intercâmbio de informações que existia, direta ou indiretamente, entre os viajantes estrangeiros e as descrições de assuntos dos locais visitados, durante as viagens, elaboradas por nativos.

**Palavras-chave:** História; Espírito Santo – século XIX; livros de viagem; índios botocudos.

**Abstract:** Throughout the nineteenth century, Brazil had toured his territory by a large number of foreign travelers. The then Province of the Espírito Santo was also the fate of many of these travelers, the target of diverse perspectives on its natural composition and human. Consequently occurred to produce several records on the experiences and views on the findings of a new nature and the people who lived, usually published in books. The imaginary abroad, especially Europe, was populated with images emblematic of Brazil, particularly as regards the indigenous element of enormous curiosity of travelers who were heading for Brazil, given its uniqueness as a human element to be known. The aim is to identify how, and what elements corroborate, to build the image of the Indian Botocudo so ratifying the late nineteenth century, the human element as wild, feral and unwanted capixaba society in nineteenth-century in the discourse of Princess Teresa of Bavaria in his travel book 'My trip to the tropics in Brazil', published in 1897, since, specifically, the Indian Botocudo, is part of the travelogue produced by this noble foreign traveler, considering the exchange of information that existed directly or indirectly, between foreign travelers and descriptions subject of the places visited during the journey, made by natives.

**Keywords:** History; Espírito Santo - the nineteenth century; travel books; indian botocudos.

---

<sup>1</sup> Graduando em História – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, sendo este artigo fruto da pesquisa: 'O real e o imaginário no século XIX: os índios botocudos da Província do Espírito Santo, sob a ótica da princesa Teresa da Baviera, em 1888, realizada entre Agosto de 2010 e Setembro de 2011.

## Introdução

No decorrer do século XIX, o Brasil foi o principal destino de viagem, para muitos viajantes estrangeiros, principalmente os europeus. Muitos vinham apenas para conhecer o Novo Mundo do século XVI, com os seus elementos naturais e humanos muito imaginados no continente europeu, que apesar de muito pouco observados de fato, eram amplamente difundidos. O território esteve inacessível durante séculos, uma vez que tratava-se de uma importante colônia do reino de Portugal, e, portanto, nessa condição deveria manter as suas potencialidades restritas a sua metrópole.

A situação essencialmente muda, quando no ano de 1808, a família real portuguesa, por motivações políticas, transferiu-se para o Brasil, que tornou-se a nova sede administrativa do reino português. No caso dos estrangeiros interessados em conhecer o território brasileiro, a consequência mais direta dessa significativa mudança político-administrativa, foi “a abertura dos portos brasileiros em 1808 [que] inaugurou a possibilidade, para viajantes europeus de diversas nacionalidades, de percorrer áreas até então, dificilmente acessíveis à sua curiosidade” (Duarte, 2002, p. 268). Efetivamente, isso somente ocorria com a onisciência do governo real, ou seja, o que ocorreu foi uma flexibilização com relação ao ingresso e tempo de permanência dos estrangeiros no Brasil.

É certo que esse ato régio produziu impactos num campo que não lhe era de objetivo central, pois a sua área de concentração era o campo econômico. Além disso, torna-se necessário ainda considerar que há

[...] uma relativa escassez de notícias sobre o Brasil, na literatura estrangeira produzida nos períodos anteriores à vinda da família real ao país. Devido às políticas de defesa do território brasileiro, os estrangeiros eram recebidos, nos nossos portos, com grande desconfiança e não podiam transitar livremente pelas cidades coloniais. A abertura dos portos brasileiros ao comércio marítimo internacional, decretada por D. João VI, não apenas favoreceu comercialmente os estrangeiros, como também facilitou a entrada dos viajantes europeus no país, dando origem ao aparecimento de livros de viagens sobre o Brasil, em quantidades cada vez maiores (LIMA, 2010, p. 10).

Os registros das experiências vividas nestas terras, tornavam-se algo precioso, para aqueles que não podiam empreender a viagem, um considerável público leitor. Além disso, no caso dos viajantes naturalistas, a viagem ao Brasil tornou-se praticamente impositiva, uma vez que a barreira do acesso à composição humana e natural estava vencida, não se aceitava mais nos meios acadêmicos, que um naturalista abordasse um tema da História Natural, referente ao Brasil, sem de fato tê-lo observado. Empreendendo a viagem, passava a deter a especial e almejada autoridade de narrar, ganhando a credibilidade dos leitores, por ter visto o considerado real, assumindo o seu escrito, o desejável e aceitável teor da verdade.

No campo das grandes expedições científicas ao Brasil, são marcos de referência maior, as missões que foram realizadas com o aval do governo português, a primeira sendo a Missão Francesa, em 1816, a Missão Austríaca em 1817, e, em 1821, a Expedição *Langsdorff*, chefiada pelo barão Georg Heinrich von Langsdorff, esta expedição percorreu o interior do Brasil, produzindo um grandioso inventário sobre a sociedade e natureza. Para o governo português foi uma maneira de conhecer as potencialidades das terras brasileiras e mapeá-las, para os integrantes dessas missões, foi uma significativa oportunidade de conhecer o território e de representá-lo, pois foram muitos os relatos surgidos ao final das mesmas e publicados na Europa.

O significado dos efeitos da publicação desta chamada literatura de viagem, era de profundo alcance, uma vez que os

[...] relatos de inúmeras expedições, a maioria de caráter científico, foram publicados na Europa, para leitores ávidos de notícias sobre um Brasil até então desconhecido [...]. Os relatos de viagem produziam representações sociogeográficas para europeus que, a partir daí, construíram a sua identidade em oposição ao que passou a ser 'o resto do mundo'. Num movimento de mão dupla da transculturação, a auto-representação europeia criou-se nesse confronto com a imagem do outro (DUARTE, 2002, p. 268).

No entanto, esses registros nem sempre foram utilizados, conforme a potencialidade que ofereciam, pois o Positivismo em História encarregou-se de alocá-los como fontes

secundárias, de menor importância e validade, por não serem precisamente documentos oficiais, dos quais seria impossível extrair a História, como ela verdadeiramente ocorreu. Esta corrente manteve-se predominante até a década de 1970, momento em que os relatos dos viajantes ainda eram encarados muito mais como romances e não como fontes históricas<sup>2</sup>.

Com a abertura da História para a possibilidade de realização de novas análises, sob novas perspectivas e a utilização de amplo conjunto de fontes, os registros produzidos pelos viajantes encontraram uma nova fase na historiografia brasileira, o olhar do pesquisador que passou a lidar com essa, agora sim, fonte documental, voltou-se mais para o conteúdo como um todo, para compreender, por exemplo, a variação no tempo de temas abordados pelos viajantes em seus registros.

É nessa perspectiva que vamos proceder à análise do discurso da princesa Teresa da Baviera, enquanto viajante naturalista, acerca dos índios botocudos da então Província do Espírito Santo, em 1888, a partir de seu livro de viagem: *‘Minha viagem aos trópicos brasileiros’*, publicado em Berlim, em 1897, mas nunca traduzido para a língua portuguesa. Tratando-se de uma fonte histórica, na qual é possível resgatar e apreender a mentalidade de determinada época, a sociedade europeia do século XIX, sobre um elemento nativo do Brasil, a qual procuraremos, numa perspectiva histórica, ofertar uma interpretação adequada.

### **Viajantes estrangeiros no Brasil: características, objetivos e literatura de viagem**

Os viajantes estrangeiros que ingressaram no Brasil, no transcorrer do século XIX, compunham um grupo seletivo, com tempo de permanência determinado nas terras

---

<sup>2</sup> Na década de 1970, na francesa *Escola dos Annales*, surge a corrente denominada Nova História, que propõe a utilização da documentação oficial como fonte básica, mas que inclui diversos outros tipos de documentos como fontes primárias, também para a elaboração das pesquisas históricas, além de rejeitar que as mesmas sejam apenas narrativas neutras dos eventos. Sobre isso ver: LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976; LE GOFF, Jacques. *História: novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

brasileiras, enquanto viajantes e distantes de relacionamentos prolongados com os habitantes locais, por serem estrangeiros. É preciso atentar para o fato de que na maioria das vezes, “as duas características se confundem em alguns aspectos. Viajantes e estrangeiros, embora sem ser propriamente nômades, se fixam apenas temporariamente, conservando uma posição de autonomia diante do espaço ocupado pela população local” (Simmel, p. 273-295, apud Leite, 1997, p. 161).

Os motivos para a realização de uma viagem ao Brasil eram os mais variados possíveis, mas é certo que a grande maioria dos viajantes estrangeiros, antes de qualquer coisa, queria conhecer um imenso pedaço de terra, praticamente intocado e que até então se mantinha inacessível, com nativos e natureza em sua forma original, e muito diferente do que estavam habituados em seu mundo de vivência, mas já muito difundidos através de variados e férteis imaginários, que não supriam mais a vontade de ver com os próprios olhos que se generalizou, sobretudo, entre os europeus.

Para os viajantes naturalistas, a realização da viagem ao Brasil se tornou impositivo, pois mesmo antes da possibilidade de acessar o meio natural brasileiro, o meio científico europeu começava a questionar a validade de se poder escrever sobre determinados assuntos, sem de fato ter observado os componentes dos mesmos. Com a possibilidade de ingressar no Brasil, havia chegado ao fim a justificativa de se poder escrever sobre determinados assuntos, sobretudo os de caráter científico, sem o contato real pela impossibilidade de acesso, logo se

[...] era preciso saber, e para saber era preciso ver, tornava-se necessário viajar. Se a partir de 1808, o Brasil se apresentava disponível ao viajante europeu, de outro lado se observava na Europa uma disposição, ou até uma necessidade, para a viagem. Assim, o naturalista viajava para ver, para então, a partir do que foi visto, dar sua contribuição ao mundo da ciência (RIBEIRO, 2004, p. 37).

Essa pretendida contribuição científica dos viajantes estrangeiros, enquanto pesquisadores, destinava-se essencialmente ao campo da chamada História Natural. Sendo de suma importância lembrar que “havia na Europa [desde o] início do século XIX todo um anseio por

conhecimento. Criou-se [então] uma necessidade de investigar, selecionar, classificar e ordenar o mundo da natureza. Era necessário produzir um conhecimento que imprimisse no mundo natural uma marca do humano” (Ribeiro, 2004, p. 26).

A quantidade de viajantes estrangeiros<sup>3</sup> que empreendeu a viagem e percorreu o litoral e o interior do Brasil foi grande, sendo possível, para uma compreensão mais apurada, inclusive, uma sistematização uma vez que os

[...] viajantes que estiveram no Brasil, no tempo da corte portuguesa, podem ser classificados em cinco categorias. A primeira é a dos comerciantes, mineradores e outros homens de negócio, como os ingleses [John] Mawe e John Luccock. A segunda é a dos nobres, diplomatas, militares e funcionários de governo, que moraram ou passaram pelo país em missão oficial, caso do americano Brackenridge e dos cônsules britânicos James Henderson e Henry Chamberlain. A terceira categoria é a dos cientistas, integrantes das inúmeras expedições que percorreram o país nesse período. Os mais famosos são os botânicos Auguste Saint-Hilaire (francês), Karl Friedrich Philip von Martius e Johann Baptist Von Spix (bávaros) [inclui-se nessa categoria, a princesa Teresa da Baviera]. O quarto grupo é o dos pintores e paisagistas, como o francês Jean Baptiste Debret e o austríaco Johann Moritz Rugendas. O quinto e último grupo é composto por aventureiros, curiosos e gente que chegou ao país quase por acaso. É um grupo que, curiosamente, inclui duas mulheres, a francesa Rose Marie de Freycinet e a inglesa Maria Graham. (GOMES, 2007, p. 262).

Diante de uma pluralidade imensa como essa, os objetivos de uma viagem ao Brasil eram os mais variados possíveis. Pessoas que viam no Brasil a possibilidade de um empreendimento econômico, pessoas a serviço do governo de outros países, que vinham em missões oficiais, pessoas que queriam apenas conhecer o que não conheciam, afora aquelas que estavam apenas de passagem por algum motivo, percebe-se que eram ideias mais gerais ou mais específicas, de acordo com a posição em que se encontrava, mas alguns viajantes vinham ao

---

<sup>3</sup> Diz-nos GOMES (2007) que: “Em 1949, o pesquisador Rubens Borba de Moraes catalogou um total de 266 viajantes que haviam escrito sobre o povo, a geografia e as riquezas brasileiras” (GOMES, 2007, p. 259). Sobre isso ver: MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

Brasil com ideias muito bem explícitas, como no caso dos naturalistas cujo objetivo principal era “contribuir com uma pequena parcela na obra de construção da História Natural, esse era o propósito declarado pelo naturalista” (RIBEIRO, 2004, p. 37), e, no caso do Brasil, havia, de fato, muito o que ser pesquisado e registrado. Os viajantes estrangeiros produziam relatos sobre o que vivenciavam e observavam em território brasileiro, alguns com objetivos voltados para a publicação, outros não, mas de um modo ou outro, produziam considerando um receptor de seu escrito. Produzindo um registro que, com o passar do tempo, se inscreveu de forma perene como fonte histórica. Essa significativa produção de relatos de viagem é ampla, e antes

[...] de mais nada, convém constatar a extensão do campo dessa literatura [de viagem]. Ela aparece em livros muito extensos (com cinco ou mais volumes, em livros curtos (de cem ou duzentas páginas), em artigos de revista e em manuscritos, guardados em diferentes arquivos e museus do mundo. Existe sob a forma de literatura para adultos e crianças, como romance de aventuras, como literatura fantástica ou romance epistolar, havendo, na segunda metade do século XIX, reportagens jornalísticas e guias turísticos. Alguns foram produtos de encomenda do governo brasileiro, a fim de atrair a imigração europeia. Muitos tornaram-se obras raras, saindo do mercado livreiro e sendo acessíveis apenas junto a bibliófilos e a bibliotecas especializadas. [...] Alguns desses livros são a correspondência dirigida à família ou aos amigos; outros, diários de viagem, escritos sem intenção de publicação, ou como apoio a um relatório posterior; outros, ainda, são memórias, guias comerciais e turísticos, relatórios científicos e mesmo álbuns de desenhos (LEITE, 1997, p. 11).

No decorrer do tempo, o que muito variou foi a forma de se utilizar toda a riqueza dessa produção, enquanto fonte histórica, nesse sentido a pesquisadora Miriam Moreira Leite, autoridade no assunto e autora de um estudo clássico sobre a temática, *Livros de Viagem 1803 – 1900*<sup>4</sup>, esclarece que os relatos dos viajantes estrangeiros:

---

<sup>4</sup> Este estudo foi realizado durante um período de dezoito anos e publicado em 1997, a autora trata essencialmente da compreensão da condição feminina no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, pelo olhar dos viajantes estrangeiros, mas sempre que possível pelas viajantes estrangeiras, a partir das impressões deixadas em seus diários (fontes) e analisando o período de 1803 a 1900, portanto abarcando o século XIX. Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil - [revistasimbiotica@gmail.com](mailto:revistasimbiotica@gmail.com)

Até 1970, contudo, tinham sido aceitos sem maiores análises críticas ou fora de uma perspectiva histórica. Embora sejam fontes promissoras de dados qualitativos (principalmente) para a História Social, a documentação que fornecem, precisa passar por um crivo analítico, que torne válida a sua contribuição (LEITE, 1997, p. 9).

Assim, na historiografia brasileira que lidava com essa documentação, até a década de 1970, os registros de viagens dos viajantes estrangeiros eram utilizados de modo seletivo, ou seja, o interessado ao ler o relato do viajante (enquanto fonte) selecionava o que lhe iria embasar as ideias que estava desenvolvendo, ao mesmo tempo em que excluía, o que lhe parecia muito exagerado ou fantasioso demais, sem atentar para o fato de que, se o registro foi feito dessa maneira pelo viajante, não foi com esse objetivo, utilizando a fonte apenas de uma maneira complementar e/ou ilustrativa, numa perspectiva romântica da História, como forma de trazer, pode-se dizer, um pouco de humanidade ao corpo textual.

Os relatos produzidos pelos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil tiveram um papel de suma importância, na difusão de imagens do Brasil na Europa, pois aqueles que tinham vindo ver com os próprios olhos, o que era diferente ao seu tradicional mundo de vivências, passavam a deter uma especial autoridade para falar do assunto. As publicações atingiam um amplo público, principalmente aqueles que não detinham as condições necessárias para empreender a viagem. Consubstanciavam-se imagens do que era o Brasil, muitos estereótipos criados pelos viajantes estrangeiros, para diferenciar as culturas (a sua própria, da do outro, antropologicamente) se difundiram e foram incorporados pela própria historiografia brasileira em sua produção.

Com a abertura da História, para a possibilidade de realização de novas análises, sob novas perspectivas e com fontes diversas, os registros produzidos pelos viajantes estrangeiros, encontraram uma nova fase na historiografia brasileira, o olhar do pesquisador que passou a lidar com essa fonte documental, voltou-se mais para o conteúdo como um todo, para compreender, por exemplo, a percepção de temas semelhantes, sob olhares de diferentes estrangeiros, além do próprio modo de produzirem as suas representações.

## Viajantes estrangeiros na Província do Espírito Santo: a princesa Teresa da Baviera e os Índios Botocudos

Assim como ocorreu no Brasil, de um modo geral, a então Província do Espírito Santo recebeu a visita de muitos viajantes estrangeiros. É certo que não é possível comparar a quantidade de viajantes estrangeiros<sup>5</sup> que estiveram no Brasil como um todo, e que conseqüentemente deixaram um número muito maior de registros de impressões, com a que se deteve por algum tempo no Espírito Santo, mas mesmo em menor quantidade, visitaram e produziram os seus relatos, registrando as suas observações e vivências, durante a sua estada. Alguns tornaram-se mais conhecidos, sobretudo pelo fato de terem publicado os seus respectivos relatos, assim registra-se

[...] a passagem de muitos estrangeiros ilustres pela Província do Espírito Santo, alguns eram naturalistas, entre eles estão o barão Georg Heinrich von Langsdorff, Johan Julius Linden, o barão de Tschudi, Charles Frederick Hartt, a princesa Teresa da Baviera, e, sobretudo, Saint-Hilaire e Maximiliano, Priz von Wied-Neuwied, entre outros; em cujos relatos, é de se observar, a atração exercida pelos botocudos, que os motivavam a se interessar pela Província, particularmente, pelo rio doce (BITTENCOURT, 2006, p. 27).

Fica claro que é algo recorrente nos registros dos viajantes estrangeiros, o interesse em conhecer os índios botocudos que habitavam o Espírito Santo, mais especificamente o vale do rio Doce, uma causa provável para isso, pode ser a difusão da imagem do primitivismo e, sobretudo, da ferocidade desses índios, algo registrado oficialmente, até mesmo pelo governo da Capitania e posteriormente Província do Espírito Santo.

Assim, conhecê-los pessoalmente e o seu modo de vida e organização seria, para o viajante estrangeiro, o mesmo que conhecer o homem em seu estado natural, intocado pela civilização, os viajantes não hesitariam em fazer as muitas comparações que realizaram, em maior ou menor grau, entre esses índios e outros de outras regiões do Brasil, em que

---

<sup>5</sup> São escassos os estudos sobre os viajantes estrangeiros no Espírito Santo. Para uma ampliação mais generalizante do tema, ver o estudo mais conhecido e amplo: ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971.

estiveram ou que de alguma forma tomaram conhecimento, além de registrar notavelmente o seu primitivismo, algo com que previamente, já vinha em mente, pela difusão dessa imagem, não apenas no Espírito Santo, como também no restante do Brasil, seja pelas autoridades governamentais ou mesmo pelo relato de outros viajantes estrangeiros, que mantiveram contato com os índios botocudos e os descreveram cada qual a seu modo, mas sem se furtar a uma perspectiva do selvagem.

Dentre os viajantes estrangeiros que excursionaram pela Província do Espírito Santo, encontra-se a princesa Teresa da Baviera que empreendeu a sua viagem em 1888, dentro do seu roteiro de viagem científica ao Brasil. A nobre viajante produzia os seus livros de viagem como forma de contribuir para a ciência, não deixando de voltar-se essencialmente para a publicação, apesar de o seu público leitor principal ser mais restrito, a saber, o acadêmico.

A princesa Teresa da Baviera foi uma pesquisadora altamente engajada, sobretudo como naturalista, etnógrafa, entomóloga e botânica, viajou por diversos países, publicando em livro, o resultado de suas pesquisas, conhecedora de cerca de doze idiomas, superando grandes barreiras para a sua época, montou um museu particular com uma magnífica coleção, que hoje faz parte do Museu de Etnologia de Munique, foi bastante reconhecida nos meios acadêmicos tendo, por exemplo, recebido, em 1897, o título de *Doctor philosophiae honoris causa*, a primeira mulher a receber tal honorificência pela Universidade *Ludwig-Maximilian* de Munique. O objetivo declarado de sua viagem ao Brasil, era conhecer o país, visitar tribos indígenas, colecionar elementos da flora e da fauna, além de reunir materiais etnográficos, o zelo e a minúcia da autora se afluam em sua obra. Após longa fase de organização e sistematização dos dados, o seu livro de viagem *Meine Reise in den Brasilianischen Tropen* (Minha Viagem aos Trópicos Brasileiros) foi publicado em Berlim em 1897, e é algo monumental:

[O] livro contém dois mapas, quatro tabelas, 18 quadros completos e 60 reproduções de fotografias e desenhos da autora. Mas só foi publicado em Berlim em 1897, pois precisou de cinco anos após a viagem, para a verificação das plantas e animais vistos e coletados e para a comparação dos objetos etnográficos com os dos diferentes museus europeus, após estudos minuciosos de cada objeto na literatura referente. Para completar esses estudos esteve em Paris, numa

exposição de cerâmica antiga do México e na América do Norte para conhecer tribos diversas de índios do Canadá ao sul do México. Declara que foi ainda prejudicada pelos novos pontos de vista sobre as Ciências da Natureza, que a obrigaram a novas e detidas revisões (LEITE, 2000, p. 135).

São muitos os aspectos a serem observados nessa fonte, entretanto como o nosso interesse de estudo volta-se para a Província do Espírito Santo, selecionamos como objeto de pesquisa, o índio botocudo do vale do rio Doce, de modo a verificar de que forma foi construída a imagem desse elemento nativo no livro de viagem da princesa Teresa da Baviera, considerando o referido fascínio que o mesmo exercia sobre os viajantes estrangeiros.

Na fase final de sua viagem ao Brasil, a excursão que a princesa Teresa empreendeu pelas terras da Província do Espírito Santo por muito pouco não aconteceu, quando retornava da Bahia para o Rio de Janeiro, o navio em que estava não aportou na capital Vitória, ainda num momento em que visitar esta província não estava no planejamento da princesa Teresa.

E foi apenas na cidade do Rio de Janeiro que, de fato, surgiu a ideia de visitar a província, algo que amadureceu e tomou corpo de modo substitutivo a um declive do projeto principal, conforme relata a própria autora.

Esta ideia só amadureceu no Rio de Janeiro e tinha a finalidade de visitarmos, tanto a mata virgem costeira, quanto os índios botocudos que ali vivem. Esta nossa excursão devia nos servir de substituição para a cavalgada de Santo Amaro e para a viagem pelo Rio Negro que tinha como objetivo visitar a tribo dos Crichanás que não se realizou (BAVIERA, 1897, p. 314).

A princesa Teresa procurou conhecer, por meio de livros, a Província do Espírito Santo, entretanto não registrou a autora, em seu livro de viagem, se este conhecimento mais aprofundado, ocorreu antes da viagem se iniciar, durante ela ou após o seu término, já na fase de verificação e sistematização dos dados colhidos, redação do texto e elaboração final do livro, para a publicação.

A descrição elaborada pela princesa Teresa, sobre os índios botocudos, é extensa, nos limites deste artigo, não é possível explorar com amplitude esse discurso, assim selecionamos alguns trechos que julgamos que, em termos de análise discursiva, significativamente demonstram como a autora corresponde às expectativas dos leitores e ratifica o antigo discurso, sobre a selvagilidade dos índios botocudos. Na primeira fala sobre os botocudos, a autora demonstra que previamente, sabe muito sobre o grupo indígena:

Os botocudos, que antigamente eram conhecidos sob o nome de aimorés (eles mesmos se denominavam de burus), são contados em número aproximado de 7000 e se dividem em diferentes tribos. Essas tribos portam diversos nomes e vivem em constantes conflitos entre si. Possuem ocas muito distantes uma da outra. Ao norte, nós os encontramos espalhados até perto de Ilhéus, na província da Bahia, no oeste, até o centro de Minas Gerais, até onde se estendem as extremidades da mata virgem costeira, ou seja, quase até a Serra do Espinhaço; ao sul, no Espírito Santo, no mínimo até o Rio Doce e, a leste, em trechos isolados até perto da costa. Antigamente eram encontrados ao sul, no Rio Preto, a 22<sup>o</sup> da latitude sul. Estudiosos brasileiros citam também alguns nas províncias do Paraná e Santa Catarina. No Rio Doce, os botocudos ainda ocupam algumas das ocas, onde foram encontrados pela primeira vez há centenas de anos. *Eles estão muito próximos da raça original, no mínimo próximos ao homem pré-histórico do Brasil. O tipo de seu crânio é baixo, a sua capacidade craniana também é baixa, aproximando-se da dos australianos e da Nova Caledônia.* Os homens, em sua média, são autênticos prognato-dolicocefálicos, com um índice de largura de 73,75, ao passo que as mulheres, com um índice de largura de 75,36, fazem parte dos mesocefálicos (BAVIERA, 1897, p. 317, grifo nosso).

É preciso considerar que, a princesa Teresa, ao iniciar a sua rota de destino à Província do Espírito Santo, com o desejo declarado de observar os índios botocudos do norte da província demonstra, no seu livro de viagem, que detinha uma pré-visão acerca desse elemento, muito antes de encontrá-los pessoalmente, ainda nas primeiras páginas em que começa a abordar a sua viagem ao Espírito Santo, que na redação foi feita distributivamente em três capítulos: XVI, XVII e XVIII. Ocorre, portanto, uma representação, numa perspectiva

foucaultiana, segundo a qual, a História Natural, para a qual estava contribuindo a princesa Teresa, com o seu livro de viagem sobre o Brasil:

[...] é o espaço aberto na representação por uma análise que se antecipa à possibilidade de nomear; é a possibilidade de *ver* o que se poderá *dizer*, mas que não se poderia dizer depois, nem *ver*, a distância, se as coisas e as palavras, *distintas umas das outras*, não se comunicassem, desde o início, numa representação (FOUCAULT, 2000, p. 147, grifos nossos).

Desse modo, uma visão inicial, uma representação, poderia mesmo estar ocorrendo no caso da princesa Teresa, assim as palavras, a sua redação, e as coisas, os índios botocudos, poderiam estar comunicando-se previamente, partindo para um aprimoramento posterior, ainda que fossem distintas, e isso é algo que Foucault (2000) remonta ao surgimento da História Natural no século XVII, a história que se propôs a verdadeira. Ao leitor, no entanto, fica a desejável sensação de que a descrição foi escrita, ainda a bordo da embarcação que a conduzia à capital do Espírito Santo, considerando o modelo de diário utilizado pela princesa Teresa da Baviera.

Porém, a princesa Teresa no seu relato inicial, aloca os índios botocudos, que ainda iria observar, conforme presumivelmente fica entendido no seu escrito, da seguinte forma:

[...] Ainda vivem *muitos indígenas selvagens* no Espírito Santo. Eles vivem livres nas matas virgens das regiões oeste e norte, em parte ainda completamente inexploradas, ao passo que os brancos e os outros civilizados dominam apenas as costas, avançando lentamente pelas margens dos rios para dentro da interminável mata virgem. Os silvícolas pertencem a dois grupos diferentes. Aqui encontramos os cotoxós, os botocudos e outros do grupo dos gês, bem como puris do grupo dos goitacás. Os botocudos se assentaram no oeste e no norte, e os puris mais ao sudoeste. De todas estas tribos, os botocudos são a mais importante de todas e é também a que mais nos interessa, pois a nossa visita aos indígenas do Espírito Santo deve-se principalmente a estas tribos (BAVIERA, 1897, p. 316-317, grifos nossos).

Dessa maneira, para a princesa Teresa, os índios botocudos tratavam-se de um grupo indígena dos mais importantes, pois eram nada menos que indígenas selvagens, isto é, índios em seu estado natural, intocados pelo homem branco, a civilização. Nessa fala fica latente a expectativa da autora de encontrar-se com o homem em seu estado original. Além disso, demonstra-nos a autora também, que este escrito do livro foi fortemente baseado em suas anotações feitas durante o percurso, pois ela reforça o interesse maior da visita à Província do Espírito Santo, manter contato com os índios botocudos.

Essa caracterização inicial dos índios botocudos pela princesa Teresa, está fortemente relacionada à questão da comunicação prévia existente entre as palavras e as coisas, isto é, entre o pensamento e o que se vai observar, de modo que a representação inicia-se antes da observação, algo muito caro à História Natural, uma vez que esta localiza-se na

[...] distância [...] aberta entre as coisas e as palavras — distância silenciosa, isenta de toda sedimentação verbal e, contudo, articulada segundo os elementos da representação, aqueles mesmos que, de pleno direito, poderão ser nomeados. As coisas beiram as margens do discurso, porque aparecem no âmago da representação. Portanto, não é no momento em que se renuncia a calcular que se começa enfim a observar (FOUCAULT, 2000, p. 147).

Mas, certamente o registro integralmente não foi elaborado, da forma como foi apresentado no livro, na rota da viagem, pois a descrição feita dos grupos indígenas e suas respectivas trajetórias e localizações, demandariam um considerável tempo de pesquisa e confirmação dos dados, o qual a autora não dispunha naquele momento, para dedicar-se a um, ainda que muito desejável, aprofundamento sobre a História da Província do Espírito Santo.

Toda essa composição de informações sobre os índios botocudos, que a princesa Teresa redigiu para o seu livro, vão formatando uma imagem homogeneizadora, sobre os índios botocudos, como se fossem um grupo único, apesar da própria autora ter registrado que os índios botocudos formavam grupos com localizações espaciais distintas, o que conduziria a diferenças de hábitos e costumes, pois mesmo sendo classificados em um mesmo grupo, os

índios não agiriam e viveriam da mesma forma, movidos unicamente por uma classificação identitária que lhes era exterior.

No trecho seguinte de seu livro de viagem, a princesa Teresa nos fornece um elemento chave na composição da imagem dos índios botocudos, pois quando descreve o nível de desenvolvimento destes, o aloca naquele que talvez seja o mais baixo possível:

Na mata, eles [os índios botocudos] andam completamente nus. Os poucos semi-civilizados se cobrem um pouco quando trabalham nas fazendas. *Os botocudos se encontram num nível de desenvolvimento muito baixo, talvez o mais baixo de todos. Eles ainda vivem na Idade da Pedra e não conhecem o uso das canoas, nem o uso de utensílios de barro; mesmo redes e às vezes também ocas lhes são estranhos. Seus utensílios consistem de hastes de bambu e cascas de frutos da calabaua, ou árvore da cuia (Crescentia Cujete L.), porongos (Lagenaria vulgaris Ser.) e da sapucaia (Lecythis Pisonis Camb.). Panelas para cozinhar raramente são encontradas entre eles e as poucas encontradas são muito primitivas (BAVIERA, 1897, p. 319, grifo nosso).*

Porém, há que se notar uma contradição, pois a autora anteriormente registrou que os índios encontravam-se inteiramente intocados, como na sua originalidade, portanto sem o contato com o branco, o que representa um enorme diferencial para o grupo dos botocudos, haja visto que a princesa Teresa poderia manter contato com os outros grupos de índios, que inclusive estariam mais acessíveis, e empreendeu muitos esforços para manter com estes especificamente, mas a autora nos revela que componentes desse grupo de índios trabalhavam em fazendas, sendo, portanto, semi-civilizados.

Nesse sentido, os índios botocudos não estavam totalmente intocados pela cultura do homem branco, uma vez que para trabalharem em fazendas absorviam o hábito de se vestirem e utilizarem ferramentas, sem que com isso, entretanto, deixassem de ser índios botocudos. O simples hábito de trabalhar, algo que não seria fácil de realizar por elementos com baixo desenvolvimento, demonstra o nível de contato estabelecido entre os índios e os brancos.

E a própria autora nos mostra pelo seu relato que os índios não detinham um desenvolvimento tão baixo, e que, além disso, estavam sim em contato com os brancos, considerando que “[...] eles [os índios botocudos] possuem machados de pedra e facas de bambu e recentemente também machados e facas de ferro, trazidos pelo contato com os brancos” (Baviera, 1897, p. 319).

Mas o registro acima feito pela princesa Teresa soa como um pequeno deslize, que não deveria ter sido cometido ao abordar os índios botocudos, pois aparenta lhes ofertar um grau menor de primitividade. Assim, em seguida a autora prossegue com a descrição homogeneizadora dos índios, no seguinte tom:

Os botocudos se alimentam de caça, mamíferos, aves e pássaros, jacarés, lagartixas, cobras e peixes, que geralmente são abatidos a flechadas, bem como de vários tipos de insetos. Também ovos de pássaros, mel e várias frutas silvestres lhes servem de alimento. O preparo das refeições é feito sem utensílios de cozinha, pois [...] praticamente não os possuem, e a carne - a sua carne predileta é a de macacos - eles a comem crua. Eles não possuem ocas próprias e, em suas andanças constantes, se contentam com acomodações noturnas baixas, feitas de galhos, ramos e folhas. Somente quando pretendem permanecer por mais tempo num mesmo lugar, eles conferem a estas acomodações primitivas um pouco mais de firmeza, apoiando-as com estacas. As suas camas consistem de pedaços de fibras estendidas sobre o solo. *Intelectiva e espiritualmente, os botocudos pertencem às raças de níveis de desenvolvimento mais baixos.* Ainda praticam a antropofagia, antigamente muito propagada entre eles; é o inimigo abatido na luta que eles comem, seja por desejos de vingança, ou porque é justamente ele quem está lhes oferecendo a refeição apropriada para o momento (BAVIERA, 1897, p. 320, grifo nosso).

A princesa Teresa retoma e reforça novamente, então, a sua fiel descrição dos índios de acentuado baixo desenvolvimento, especificando agora que não é algo restrito apenas ao seu intelecto, mas que abarca também o campo espiritual. Nesse sentido, agrega-se mais um elemento aos índios botocudos, a também altamente condenável, prática da antropofagia

que ocorria por motivos de conflito intertribal ou mesmo por ocasião, para suprir os nutrientes que se faziam necessários aos índios botocudos.

Convencida de que os índios botocudos formam um grupo de indígenas extremamente atrasados na evolução humana, a princesa Teresa na redação de seu livro de viagem, procura sempre reforçar o arquétipo negativo dos botocudos, mas, em determinados momentos do texto, como no trecho abaixo, opta por amenizar um pouco a descrição da defasada situação intelectual e espiritual dos botocudos, ao afirmar que

A sua índole é indolente, são famintos e inclinados a roubar e facilmente irritáveis, porém também podem ser bondosos e, se forem tratados com gentileza, pode-se esperar o mesmo deles. Ainda praticam a poligamia, no entanto, predomina a monogamia. Tão facilmente quanto se casam, tão rapidamente também desfazem o casamento. Enterram seus mortos em cemitérios que depois são abandonados. A sua língua, que pertence à língua aglutinante e que apresenta variações dialéticas, é mal desenvolvida, possuindo muitos sons linguais e palatais e relativamente poucos sons labiais (BAVIERA, 1897, p. 320, grifo nosso).

Dessa maneira, percebe-se pelo registro da autora que os índios botocudos não são um grupo que apresenta valores de qualquer espécie e que isso, nesse caso, é algo que lhe é naturalmente inerente, pois possuem essa índole. O casamento não é para estes índios uma instituição valorosa, sendo algo muito frágil e sem um compromisso real, mas mesmo com a poligamia presente, caminham eles para o que seria uma desejável monogamia.

Porém, nota-se que o relacionamento desse grupo com os brancos não é necessariamente um caso perdido, pois relata a autora que um comportamento amável e recíproco é possível. E não deixa a autora de registrar o baixo nível de desenvolvimento da língua dos botocudos, algo compreensível dentro do contexto geral de primitividade do grupo indígena, uma vez que a comunicação não seria algo que iria se sobressair com uma amplitude desejável de aprimoramento, ficando apenas dentro dos limites do minimamente necessário, para que a comunicação entre os botocudos se realizasse.

Demonstrando ainda a interseção das suas anotações feitas em viagem, com as informações complementares obtidas posteriormente, a princesa Teresa, na citação mais abaixo, ao falar sobre o defasado domínio numérico dos índios botocudos, fala em tribos, no plural, comparando diferenças existentes entre as tribos indígenas dos botocudos, porém ela visitou apenas uma, assim esta informação certamente veio de outros autores, não sendo obtida por meio de sua experiência própria de observação.

No entanto, a informação sobre a religião indígena, assume a singularidade da tribo botocuda que a princesa Teresa visitou, além de não utilizar mais o plural, os elementos informativos que compõem esse quesito, podem facilmente terem sido observados pela autora, durante o curto espaço de tempo em que visitou a tribo botocuda, como a não realização de cerimônias religiosas e a ausência de um pajé. Além disso, a autora pode simplesmente ter verificado a existência da crença dos botocudos em espírito malignos, em sua observação, mas não conseguindo comprovar essa mesma crença a um ser superior e benévolo, tal como na religião católica.

Em algumas tribos, os números só vão até dois e, em outras, até cinco, mas através dos dedos das mãos e dos pés, os botocudos conseguem fazer uma ideia do que representa o número vinte. A religião desta tribo indígena é muito simples e não inclui nenhum tipo de culto, não existindo, portanto, nem mesmo os pajés dos povos tupis. Não se sabe se os botocudos creem num ser bondoso e superior, mas a crença em espíritos maus está presente (BAVIERA, 1897, p. 320).

Após trilhar o dificultoso percurso até o vale do rio Doce, a princesa Teresa registra com afincos, que finalmente, depois de cinco longos dias de viagem, a sua chegada até o aldeamento Mutum, no dia 1º de Setembro de 1888, mesmo não se tratando mais de um lugar ainda intocado pelo homem branco, a autora procura registrar o ineditismo que acerca o lugar, algo também comum aos viajantes estrangeiros que procuravam visitar locais ainda não visitados, de modo a validarem o máximo possível os seus relatos, como pioneiros sobre os locais que excursionavam, atuando como verdadeiros descobridores,

No nosso caminho improvisado, incomodamos as saúvas (*Atta sexdens [L.] Fabr.*) e outras formigas de seu sossego *até agora imperturbado por seres humanos [...]*; Finalmente *havíamos alcançado a orla da mata virgem*, onde a temperatura estava um pouco fresca, já que o céu estava parcialmente encoberto e a meta da nossa viagem, o Rio Doce, estava diante dos nossos olhares esperançosos (BAVIERA, 1897, p. 360-361, grifo nosso).

A chegada ao destino principal da viagem, a Província do Espírito Santo, encerra a narrativa do capítulo XVI do livro de viagem. Prosseguindo em seu relato, a autora inicia o capítulo XVII, contextualizando o local em que se encontrava, ao alocar a importância do rio Doce como via de transporte, principalmente para mercadorias, e destas, sobretudo o café. No entanto, o rio, apesar de importante, não podia ser utilizado integralmente para este fim, dada as condições de navegabilidade não serem as mais adequadas, nem para viajantes.

Uma vez no vale do rio Doce, a autora, ao falar dos índios botocudos que irá conhecer, registra, pela primeira vez, que são índios aldeados, não sendo, portanto, índios de uma tribo selvagem, eles estão alocados no aldeamento Mutum, descrito pela própria princesa Teresa dessa maneira:

Mutum é um dos assentamentos criados pelo governo que visam à civilização dos indígenas. Das tribos selvagens, são conquistados alguns indivíduos que são então reunidos numa espécie de povoados muito pequenos. Estes assentamentos se encontram sob a direção de um diretor mundial, que conta com um missionário, um tradutor e às vezes alguns trabalhadores brancos e, para proteção, alguns soldados. Este é o quadro de pessoal nominal. Na verdade, na maioria das vezes falta o missionário, já que no Brasil, com a falta de sacerdotes, este precisa abandonar a missão, largando-a ao seu próprio destino, alguns anos após a sua fundação. Neste caso, cabe aos poucos soldados, em geral negros ou mestiços, ministrar o ensino aos indígenas. Não fica difícil de imaginar como deve ser a qualidade deste ensino. Nesta terra selvagem praticamente inabitada, os diretores e seus ajudantes não estão sujeitos a nenhum controle e, assim, as somas anualmente destinadas pelo governo às aldeias, nem sempre são aplicadas para os fins previstos originalmente. Também, o objetivo de criar um núcleo através destas aldeias, em torno do qual os elementos ainda selvagens pudessem cristalizar-se a

caminho da civilização, só é atingido em proporções bem baixas (BAVIERA, 1897, 364).

Desse modo, não deixa a autora de tecer uma crítica à ausência do Estado brasileiro, que está infimamente representado no seu intento de civilização dos índios botocudos. As informações desse trecho foram colhidas diretamente pela autora, durante a sua permanência no local. Talvez pela baixa eficiência do projeto civilizador desse aldeamento verificado pela própria autora, o seu objetivo de observar índios, em seu estado natural, não foi de todo inviabilizado, apesar de não estarem livres do contato com os brancos.

Prosseguindo em seu intento observador, a princesa Teresa dirigiu-se à margem esquerda do rio Doce, de domínio dos índios botocudos selvagens, isto é, aqueles que ainda não estavam aldeados no Mutum. A partir de suas primeiras impressões, a autora realiza uma longa e detalhada descrição dos índios que observou:

Nesta área também precisam passar os seus dias, aqueles que já foram incorporados à aldeia. Destes últimos encontramos mais de vinte homens, mulheres e crianças em sua choupana inacabada e sem paredes. Na maioria deles, o tipo mongolóide ainda era evidente. Todos apresentavam molares mais ou menos salientes, boca grande, lábios carnudos e cabelos lisos, pretos como penas de corvos. A maioria apresentava um perfil de nariz encurvado e vários deles tinham pálpebras enviesadas muito marcantes. A cor da pele dos indivíduos era muito variada, a de alguns era amarelada, a de outros, marrom-escuro, porém a cor predominante era clara. A barba dos homens se limitava a uns fios de cabelo nos cantos da boca e abaixo do queixo. Seguindo a tendência dos selvagens botocudos de cortarem seus cabelos em forma de calotas, as mulheres usavam os seus cabelos cortados em volta da cabeça como na Idade Média. A aparência era a de uma grossa touca de pelos. O corte de seus cabelos parecia ao das mulheres indígenas do Vale de Yosemite, na Califórnia. Algumas das moças mais jovens haviam penteado o cabelo com um pente, de modo bem civilizado. No meio das mulheres mais velhas, que em sua aparência externa, ainda lembravam mais o estado selvagem, havia uma que tinha os olhos muito abertos e tinha um rosto feio de assustar e uma expressão selvagem (BAVIERA, 1897, p. 366-367).

Com isso, vamos percebendo o modo de observar e registrar da princesa Teresa sobre os índios botocudos. Esse método que está inserido na produção de conhecimento da História Natural, como o mais adequado, na medida em que compreende-se que a realidade está mais próxima à observação, porém essa perspectiva não elimina as limitações existentes, uma vez que, ao se apresentar como objetiva, essa história pretensamente demonstra, que simplesmente registra aquilo que é visível, ou seja, quando entra em ação:

O campo de visibilidade onde a observação vai assumir seus poderes, não passa do resíduo dessas exclusões [análises]: uma visibilidade que, além de liberada de qualquer outra carga sensível, é parda. Esse campo, muito mais que o acolhimento enfim atento às próprias coisas, define a condição de possibilidade da história natural e do aparecimento de seus *objetos filtrados*: linhas, superfícies, formas, relevos [e, nesse caso, seres humanos] [...]; *Observar é, pois, contentar-se com ver. Ver sistematicamente pouca coisa. Ver aquilo que, na riqueza um pouco confusa da representação, pode ser analisado, reconhecido por todos e receber, assim, um nome que cada qual poderá entender* (FOUCAULT, 2000, p. 150-1, grifo nosso).

Assim, fica claro que é justamente o modo como se observa que vai determinar o que de fato aparecerá no registro escrito, isto é, os objetos alvos são filtrados pelo observador, não é, portanto, um procedimento neutro e ingênuo que pretende simplesmente registrar o observável como de fato é, pois isso é algo que depende do observador. Aparentemente rasa e simples, a observação é algo mais complexo, que demanda uma atenção especial por parte do observador, que vai conjugar os elementos de sua observação com elementos exteriores. Nesse sentido, é assim que variam os modos de observação, que ultrapassam o simples olhar, e as maneiras de representar o que foi observado, ainda que se trate essencialmente do mesmo objeto. Além disso, o registro elaborado necessariamente, precisa ser reconhecido, ou seja, validado pelo público leitor, por isso mesmo o objeto deve corresponder às expectativas de quem não observou, mas que demanda o que deve ser observado:

Esse objeto é a extensão de que são constituídos os seres da natureza — extensão que pode ser afetada por quatro variáveis. E somente por quatro variáveis: forma dos elementos, quantidade desses elementos, maneira como eles se distribuem no espaço uns em relação aos outros, grandeza relativa de cada um (FOUCAULT, 2000, p. 151).

Assim, para que se torne aceitável ao público, o objeto alvo de observação precisa necessariamente considerar essas variáveis, de modo que a representação fique devidamente balizada dentro dos limites estabelecidos, numa articulação que se torna perene entre o autor, o objeto e o público leitor.

Mas, são vários os indicativos ofertados pela própria autora, que não se coadunam totalmente com o estado de selvageria generalizado, como ela aponta ao verificar o consumo de milho pelos botocudos. Apesar disso, ocorre uma mescla de elementos que não separam nitidamente a selvageria da civilidade:

[...] este alimento [o milho] já indicava uma certa cultura e um plantio que o governo se esforça em lhes ensinar. Um moinho ao lado da casa - que igualmente fora construído para eles - estava parado e sem uso. Não havia aplicação para ele, ou então já estava sem condições de uso. De qualquer modo, o cultivo de milho representa um avanço, se comparado com o modo como os outros membros da tribo de botocudos, ainda em estado selvagem, costumam saciar normalmente a sua fome. Por anos a fio eles migram pela mata, em busca dos frutos do mato em amadurecimento. Devido a estas andanças intermináveis, é natural que não possuam praticamente nenhuma choupana ou oca, já que, *em seus costumes de modo geral, se encontram no nível de desenvolvimento mais baixo*. Como nos contaram na aldeia, eles não conhecem nenhum vínculo matrimonial, vivendo numa espécie de comunhão. É sempre arriscado se encontrar com eles, *pois uma pessoa nunca pode estar segura, se a sua selvageria não irá irromper a qualquer momento*. Foi assim que, há alguns anos, um colono brasileiro foi morto por eles nas proximidades de Mutum e então devorado (BAVIERA, 1897, p. 370, grifos nossos).

Fica claro que, para a autora, por mais que os índios botocudos detenham algum tipo de processo de fabricação, como no caso das peças de algodão, ou minimamente um domínio de um gênero de cultura alimentar, não é por isso que eles deixam de serem índios primitivos, amedrontadores e muito perigosos, ao ponto de praticarem os seus hábitos selvagens a qualquer instante. Vemos mais uma vez, a princesa Teresa demonstrar a correspondência ao público leitor, de forma que o seu discurso assume, de fato, o tom da verdade, isso ocorre porque “nessa articulação fundamental do visível, o primeiro confronto entre a linguagem e as coisas poderá estabelecer-se de uma forma que exclui toda incerteza; [...] transposta na linguagem, [...], sob os olhos do leitor, recompõe sua pura forma” (Foucault, 2000, p. 152-3).

É desse modo que se configura a imagem sobre os índios botocudos, pela princesa Teresa, enquanto viajante estrangeira, que observa seletivamente “limitando e filtrando o visível, [que] a estrutura [do observável] lhe permite transcreever-se na linguagem. Por ela, a visibilidade [...] passa por inteiro, para o discurso que a recolhe” (*idem*). Essa característica certamente não é algo de exclusividade da princesa Teresa, os viajantes estrangeiros, de uma maneira geral, procediam da mesma maneira, mesmo aqueles que não escreviam os seus relatos com objetivos voltados expressamente para a publicação, ou seja, presentindo um público receptor com expectativas claras. Toda a descrição feita pela autora, caracterizaria de um modo geral os índios botocudos, uma vez que ela não referencia, especificamente os índios do vale do rio Doce. Porém os elementos caracterizadores do grupo, homogeneamente, sofrem a interseção dos elementos singulares do grupo que ela observou. Nesse sentido, realizando esse intercâmbio, a princesa Teresa elabora uma imagem sobre o índio botocudo, que amadureceu na fase de redação do livro de viagem.

Essa imagem dos índios botocudos não é necessariamente inovadora, ao contrário é ratificadora de um antigo discurso sobre os índios botocudos, que mostraram-se menos submissos que os demais indígenas, tornando-se, nesse caso, indesejáveis para a sociedade espírito-santense. No discurso da princesa Teresa, no entanto, ocorrem interseções, ou seja, mantém-se a imagem do selvagem, mas procurando suavizá-la. Nesse sentido, em termos de análise discursiva, percebe-se que o

[...] discurso está situado e determinado não só pelo referente, como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. [...]. Este fato tem necessariamente consequências no discurso produzido. Estes lugares estão *representados* nos processos discursivos em que estão postos em jogo (os lugares), estando lá rigorosamente *presentes*, mas transformados. Tanto a situação do locutor como a do destinatário afetam o discurso emitido de A para B (BARDIN, 2004, p. 214-5, grifos da autora).

Dessa maneira, é preciso considerar que a princesa Teresa, enquanto viajante, pertencia à categoria daqueles autores que escreviam para a publicação, isto é, pressentindo um público leitor real, portanto uma relação em potencial do emissor com o receptor, de modo que a princesa Teresa representou em seu discurso, sobre os índios botocudos, o que estava presente em sua observação, porém transformando, ou seja, realizando as adaptações necessárias. Seria inaceitável ao público leitor europeu constatar uma imagem de um elemento endêmico do Brasil que divergisse daquela que estava há muito tempo consolidada, ou seja, de um ser atrasado e primitivo e, no caso dos índios botocudos, feroz e selvagem. Longos trechos descritivos, isso para a História Natural é algo importante, para a composição de um relato de um viajante estrangeiro, uma vez que com o observador diante de seu objeto, deve detalhar o máximo possível do que observa, considerando que o seu relato se destina a quem não está vendo o real e ele deve, portanto, ser o mais completo possível e necessariamente fiel ao real, àquilo que é observado. De maneira tal que,

Pela estrutura, aquilo que a representação fornece confusamente e na forma da simultaneidade, acha-se assim analisado e oferecido ao desdobramento linear da linguagem. Com efeito, a descrição está para o objeto que se olha, como a proposição está para a representação que ela exprime: constitui sua colocação em série, elementos após elementos. Recorde-se, porém, que a linguagem, sob sua forma empírica implicava uma teoria da proposição e outra da articulação (FOUCAULT, 2000, p. 153).

Nesse sentido, os elementos que estariam presentes no livro de viagem precisavam estar de acordo com a expectativa dos leitores, portanto devendo coadunar-se com determinadas imagens consagradas, de certo modo “clássicas”. Isso fica evidente no livro de viagem da princesa Teresa, na medida em que os elementos são intercalados, de modo que a autora assume as ideias sobre os índios botocudos descritas por outros autores, ainda que por algumas vezes busque minimizar o estágio de selvageria dos índios, é isso o que predomina na descrição do grupo, não indo contra ao que já estava estabelecido muito antes da realização de sua viagem.

E porque a princesa Teresa efetuou o registro sobre os índios botocudos da maneira como o fez, ratificando um antigo discurso sobre esse grupo indígena? Por certo não é algo fácil de entender, no entanto, é possível compreender que a

[...] história natural é uma ciência, isto é, uma língua, mas fundada e bem-feita: seu desdobramento proposicional é, de pleno direito, uma articulação; a colocação em série linear dos elementos recorta a representação, segundo um modo que é evidente e universal. Enquanto uma mesma representação pode dar lugar a um número considerável de proposições, pois os nomes que a preenchem, a articulam segundo modos diferentes, um único e mesmo animal, uma única e mesma planta serão descritos da mesma forma, na medida em que, da representação à linguagem reina a estrutura. A teoria da *estrutura*, que percorre, em toda a sua extensão, a história natural na idade clássica superpõe, numa única e mesma função, os papéis que, na linguagem, desempenham a *proposição* e a *articulação* (FOUCAULT, 2000, p. 154, grifos do autor).

Dessa maneira, a existência de uma representação aceita universalmente faz-se necessária, isto é, uma representação padrão que, no entanto, admite proposições diferenciadas, desde que sejam devidamente articuladas à representação. É, portanto, elucidativo que na descrição dos índios botocudos, a princesa Teresa tenha utilizado essa estrutura, pois verificamos a representação do índio selvagem, mas também proposições que se diferenciam desta, sem, entretanto, negá-la, uma vez que é a estrutura da representação que permanece como predominante ao longo da descrição, a princesa Teresa vai inserindo

novos elementos sobre os índios botocudos, a partir de suas observações, mas de uma forma a agregá-los à representação estabelecida.

### Considerações finais

Concentrando-nos na análise do livro de viagem da princesa Teresa da Baviera acreditamos que as leituras por ela feitas, sobre a província, não foram realizadas antes da viagem, uma vez que esta foi empreendida fora dos planos iniciais de visitação da princesa Teresa ao Brasil, assim não haveria tempo suficiente ou apenas um tempo muito curto, para a obtenção de tal conhecimento que, ainda que tivesse ocorrido, seria passível de uma complementação posterior. Durante o desenvolvimento de seu percurso pelas terras capixabas, as condições, comuns a todos os viajantes, eram altamente desfavoráveis, de tempo e de confortabilidade, para que ocorresse uma dedicação desse cunho naquele momento.

Porém, novamente em solo europeu, na fase de confirmação dos dados obtidos durante esta viagem, haveria tempo disponível, para que a autora se dedicasse a buscar maiores e detalhadas informações, em autores diversos, sobre a província em que esteve, para compor os capítulos em que trata de seu excursionamento ao Espírito Santo, ratificando o discurso de selvagilidade dos índios botocudos com os quais manteve contato, sem muitas vezes aceitar isso de fato, mas uma vez que considerava um público leitor, opta por manter essa tradicional imagem acerca dos índios.

Mesmo condenando a redação de seu livro de viagem ao Brasil no formato de diário, de acordo com os seus objetivos, a princesa Teresa imprime ao leitor de sua obra, a sensação de que, de fato, o seu escrito foi realizado de acordo com os dias, nos quais se passam o desenvolvimento de seu percurso, isto é, que a redação ocorreu diariamente e na ordem cronológica que está estabelecida, pois é esse o objetivo de um livro em forma de diário, uma vez que essa articulação conduz a uma desejável coerência que transfere ao leitor uma maior sensação de veracidade, ou seja, de realidade, verdade, de que o que foi registrado é veridicamente daquela maneira.

Esse efeito é algo extremamente desejável para um viajante estrangeiro, que sob essa condição, passa a deter uma autoridade especial para relatar a sua viagem com uma publicação. Efetivamente que isso se coaduna, mas para aqueles que pretendiam atingir o grande público, mas que não é algo dispensável para os naturalistas desejosos de contribuir com as ciências naturais, contando, nesse caso, com um público mais restrito, o acadêmico essencialmente.

## Referências

BAYERN, Therese Von (1850-1926). *Meine reise in den Brasilianischen Tropen*. Berlin: Dietrich Remmer, 1897. Capítulos: XVI, XVII e XVIII.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2004.

BITTENCOURT, Gabriel. *Estudos históricos do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 2006.

DUARTE, Regina Horta. *Olhares estrangeiros*. Viajantes no vale do rio Mucuri. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/263/26304402.pdf>. Acesso em 12 ago. 2011.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMES, Laurentino. *Os viajantes*. In: \_\_\_. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Mulheres viajantes no século XIX*. *Cadernos Pagu* (15) 2000: pp.129-143.

LIMA, Carollina Ramos de. *Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Franca, 2010.

RIBEIRO, José Eustáquio. *Viagens, viajantes e livros de Viagem: Goiás na primeira metade do século XIX (1812-1850)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Franca, 2004.